



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Convergência Digital - 12/08/2016

Brasil não tem prazo para reduzir escassez de profissionais qualificados em TIC

A demanda por profissionais especializados em TIC (Tecnologia da Informação e Telecomunicações) na América Latina irá superar a oferta em 449 mil profissionais até 2019, de acordo com o estudo *The Network Skills in Latin America*, encomendado pela Cisco à IDC. O Brasil tem a maior lacuna de habilidades em rede da região: somente em 2015, o país teve um déficit de 195 mil profissionais capacitados e empregados em tempo integral, um número que deve diminuir em apenas 16 mil até 2019.

O estudo *The Networking Skills in Latin America* foi realizado em 10 países e analisou a disponibilidade de profissionais especializados em TIC na América Latina entre 2015 e 2019. Em 2015 houve uma defasagem de 474.000 profissionais de redes em toda a região e, embora exista um ligeiro decréscimo de 1,4% na demanda prevista em 2019, a evolução das redes e a digitalização tem representado novos desafios para profissionais capacitados no desenvolvimento e gerenciamento de infraestruturas de rede robustas e flexíveis.

A tecnologia de rede emergente requer trabalhadores qualificados em vídeo, nuvem, mobilidade, datacenter & virtualização, big data, segurança cibernética, Internet das coisas (IoT) e desenvolvimento de software, além das habilidades básicas e em core de rede, tais como: competências em switches e roteadores, segurança de rede, redes sem fio, comunicações unificadas e colaboração.

Além disso, os profissionais de TIC requisitados devem desenvolver outras habilidades não-técnicas, tais como: proficiência no idioma de inglês, trabalho em equipe, resolução de problemas, gerenciamento de projetos, criatividade e inovação, capacidade de comunicação e uma atitude empreendedora. O fato demonstrou que o profissional de redes requisitado no mercado precisa combinar capacidades técnicas e não-técnicas para suportar um ambiente de negócios cada vez mais complexo.

Outro fator medido neste estudo está relacionado com a inclusão da mulher. Em média, a participação feminina no segmento de redes é de 13,3%; atualmente, 15,3% das companhias não tem nenhuma mulher nas suas equipes de redes. De acordo com a Unesco, as mulheres correspondem a 31 % da população de estudantes de Ciências da Computação na América Latina.

O estudo mostra que ainda há espaço para melhorias na região nesse sentido.

De modo geral, esta lacuna faz com que empresas e governos tenham de encarar o desafio de encontrar as competências adequadas para alavancar a inovação e a competitividade global. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma porcentagem de 10% de maior penetração de banda larga na América Latina pode representar um aumento de 3,9% no PIB e 2,61% na produtividade de um país, razão pela qual é importante um esforço conjunto da academia, governos e do setor privado para o aumento do número de profissionais qualificados, contribuindo no crescimento econômico acelerado, melhorando a produtividade e criando novos postos de trabalho

Dados do Brasil

O Brasil tem a maior lacuna geral de habilidades para trabalho em rede, tanto em termos absolutos como percentuais. A IDC estima que o mercado de TI no Brasil irá crescer de 2015 a 2019 a uma Taxa Composta de Crescimento Anual (Compound Annual Growth Rate – CAGR) de 3%. De acordo com o modelo, o Brasil teve em 2015 uma lacuna de 195.365 profissionais capacitados e empregados em tempo integral, diminuindo para 161.581 em 2019. Esses números representam uma lacuna de 41% em 2015 e 35% em 2019, respectivamente. 59% da lacuna em 2019 deverá ocorrer em tecnologias emergentes.

Segundo o estudo, o Brasil está atualmente passando por uma crise política e econômica que o país não vê há décadas, mas o dinamismo das despesas com tecnologia, tanto por parte das empresas como dos consumidores, ainda gera uma demanda não preenchida (mesmo com o aumento do desemprego). Apesar das políticas adotadas, a lacuna permanece elevada. Essa tendência, no entanto, deverá ser ligeiramente corrigida, devido a esforços contínuos do governo e do setor privado no desenvolvimento de profissionais qualificados em TIC e a uma estrutura de custo corrigida mais estável para o trabalho.

Leia mais em:

<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&inoid=43232&sid=46#V7H00PrLIU>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Luís Osvaldo Grossmann - 15/08/2016

Câmara revê tramitação do PL sobre fim das concessões de telecom

A Mesa Diretora da Câmara reviu a decisão de estender à Comissão de Finanças e Tributação a tramitação do PL 3453/15, que autoriza a Anatel a transformar as concessões de telefonia em autorizações, materializando a revisão do modelo regulatório das telecomunicações.

“Embora a preocupação do requerente seja compreensível, em razão da vultosidade dos empreendimentos afetos à matéria em análise, qual seja, o setor de telecomunicações, de enorme importância econômica, a redistribuição ora vergastada se mostra desnecessária, vez que na presente matéria a questão tributária não é trata de forma direta”, argumentou o autor do projeto, Daniel Vilela (PMDB-GO).

Ainda segundo o deputado, o assunto foi alvo de entendimento político com Alfredo Kaefer (PSL/PR), autor do pedido que levou o projeto à CFT e também à Comissão de Desenvolvimento Econômico. Nesse último caso, porém, onde inclusive já existe relator e substitutivo apresentado, a tramitação foi mantida.

Para Vilela, evitar o envio também à CFT atende “a

celeridade que o presente Projeto de Lei reclama, em função de sua essencialidade para sinalizar a vontade da nova ordem política em se dar prioridade a novos investimentos econômicos no setor de telecomunicações”.

O principal ponto do PL 3453/15, de Daniel Vilela (PMDB-GO) é que ele autoriza a própria Anatel a transformar as concessões em autorizações. O projeto de Lei inclui artigos novos na LGT. O primeiro deles:

Art.68-A. Fica facultada a substituição de instrumento de concessão para autorização, no todo ou em parte da área geográfica abrangida pela outorga.

O PL prevê ainda acerto de contas entre bens reversíveis e sua transformação em investimentos (ou promessas de);

A competência da Anatel pode ser medida nesse artigo que passaria a integrar a LGT:



12/08/2016 - Convergência Digital

Algar aumenta lucro com mercado corporativo e banda larga

A Algar Telecom encerrou o segundo trimestre com lucro líquido de R\$ 41,3 milhões, 20% acima do mesmo período de 2015. A empresa aponta bons desempenhos no mercado corporativo, no qual as receitas aumentaram 24%, e na oferta de banda larga, especialmente acima de 10 Mbps, que cresceram 53%.

Em que pese recuos no segmento de TV paga (-9,7%), a Algar chegou ao fim do segundo trimestre de 2016 com 3,4 milhões de unidades geradoras de receita em telecom, aumento líquido de 248 mil sobre o segundo trimestre do ano passado. Mais uma vez, destaque para aumentos em telefonia fixa e banda larga fixa, que cresceram 11,6% e 9,3%, respectivamente.

Entre abril e junho a empresa investiu R\$ 141,4 milhões, ante R\$ 98,4 milhões no mesmo período de 2015, em sua maior parte (71%) na expansão das

redes, especialmente para ofertas corporativas, em cabo submarino e em fibra óptica até residências.

Dos aportes, 7% foram para serviços de soluções integradas de TIC e BPO segmento em que a receita bruta consolidada atingiu R\$ 223,3 milhões (+7,2%). Segundo a Algar, as receitas de TI passaram a representar 56% da receita total desse negócio específico.

Os acessos móveis cresceram 4,9%, chegando a 1,28 milhão de clientes – dos quais 941 mil pré-pagos (+0,4%) e 345 mil pós pagos (+19,4%). A receita média por usuário (Arpu) ficou em R\$ 20,55.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Com prejuízo e menos clientes, Oi ainda espera mudança nas concessões

Enquanto se vale da recuperação judicial para respirar frente ao acúmulo de dívidas, a Oi apresentou um segundo trimestre difícil, no qual as receitas caíram 3,8% frente ao mesmo período de 2015, para R\$ 6,5 bilhões. Em parte, pelo menor número de clientes, embora essa redução entre abril e junho, de 0,4%, esteja menor – no ano, o recuo de unidades geradoras de receita chegou a 5,2%, puxado pelo segmento corporativo (-9%).

Nesse cenário, a dívida líquida cresceu – de R\$ 40,8 bilhões, no fim de março, para R\$ 41,4 bilhões. E como lembraram os executivos da empresa em teleconferência nesta quinta, 11/8, a recuperação judicial chegou ao fim do período – foi pedida em 20 de junho e aceita nove dias depois. E se no segundo trimestre do ano passado a empresa chegou a festejar lucro, desta vez o período terminou em prejuízo, de R\$ 656 milhões.

As pressões levaram a uma redução de 40% no caixa disponível, para R\$ 5,1 bilhões. Como explicou o presidente da operadora, Marco Schroeder, “a queima de caixa expressiva no trimestre, com redução de R\$ 8 bilhões para R\$ 5 bilhões, tem coisas específicas, como a amortização de dívidas e o pagamento de juros da ordem de R\$ 1,8 bilhão”. Além disso, ressaltou o pagamento da última parcela do leilão 3G, de R\$ 650 milhões, e acordos trabalhistas por conta das demissões de maio, que pesaram outros R\$ 100 milhões.

A empresa enxerga números favoráveis no resultado, entre eles, a redução no churn e as receitas maiores por usuário (Arpu de R\$ 82, 4,5% de aumento em um ano). Segundo o executivo, isso é resultado do foco em pacotes de serviços, nos quais os cancela-

mentos são muito menores. O trimestre também viu aumentos na receita de banda larga e na TV paga.

“Apesar da queda anual de 3,7% da receita de serviços de mobilidade pessoal, a Oi apresentou segundo melhor desempenho entre os concorrentes”, disse Schroeder.

Revisão do modelo

Mas se de um lado a empresa costura uma proposta a ser levada aos credores – o endividamento negociado na recuperação judicial supera os R\$ 65 bilhões – de outro ainda aposta na revisão das regras do setor de telecomunicações no Brasil, especialmente com o fim das concessões e sua substituição por um modelo de autorizações, tudo no regime privado.

“O assunto nos preocupa, a gente está atuando. Temos visto evolução no Legislativo, no Executivo, e temos bastante claro que existem questões que tem que ser atualizadas, obrigações que não fazem mais sentido”, apontou o presidente Marco Schroeder ao ser questionado sobre o tema nesta quinta. Como emendou o diretor de regulamentação da Oi, Carlos Eduardo Medeiros, a empresa espera a redução de obrigações associadas à telefonia fixa, como o fim dos orelhões. “Tem coisas muito claras. O telefone público custa R\$ 300 milhões por ano para manter, com receita de R\$ 20 milhões. A Oi perde, a sociedade perde”.

Em especial, no entanto, a empresa torce pela liberação dos bens reversíveis. “Não tem lógica nenhuma manter ativo imobiliário e não poder monetizar para fazer frente a obrigações de investimento. Bem reversível é muito mais a questão das redes que a questão imobiliária. Existe a expectativa que uma vez resolvido os bens reversíveis tenhamos a oportunidade de monetizar ativos”, completou.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

15/08/2016 - Convergência Digital

Oi tem novos membros no Conselho de Administração

A Oi indicou dois novos nomes ao Conselho de Administração, em complementação de mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018. Marcos Duarte Santos e Ricardo Reisen de Pinho vão ocupar cargos vagos de membros efetivos do Conselho até lá.

“Ambos se caracterizam como Conselheiros Independentes, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado adotado pelo Estatuto Social da Companhia”, diz o comunicado enviado à operadora à Comissão de Valores Mobiliários, ainda na noite de sexta, 15/8.

Ainda segundo o comunicado, “o Sr. Marcos Duarte é formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui vasta experiência no mercado financeiro e de capitais, tendo atuado no Banco Icatu, Bankers Trust Company, CSFB - Garantia e Polo Gestão. Também exerceu cargos no Conselho de Fiscal de diversas companhias no setor

de telecomunicações, incluindo a Tim Nordeste, a Tim Sul e a própria Companhia, ocupando atualmente, desde o ano de 2010, cargo no Conselho de Administração da Casa e Vídeo.

O Sr. Ricardo Reisen é formado em Engenharia Mecânica e possui Mestrado em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui experiência combinada de trinta anos em serviços financeiros e governança corporativa, com relevantes contribuições em companhias líderes em segmentos diversos, incluindo Banco Garantia, Banco Itaú e Cerbero Ltd. É Conselheiro Certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), sendo atualmente membro do Conselho Consultivo da Editora do Brasil e dos Conselhos de Administração da Light S/A, Brasil Insurance e Brado Logística, na qual ocupa também cargo no Comitê de Finanças, Remuneração e Auditoria e Compliance.”

11/08/2016 - RBA

Bancos boicotam economia com aumento de juros

Diretor técnico do Dieese afirma que "reprecificação dos créditos" é perda para o consumidor

“No momento de crise, onde o sistema financeiro deveria apoiar a retomada de crescimento econômico, inclusive, reduzindo a taxa de juros, eles fazem o contrário, elevam. Eles comemoram o resultado, mas para a nação é uma grande perda”, criticou hoje (11) o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, ao falar sobre o desejo dos bancos de “reprecificarem o crédito”, o que significa aumentar as taxas de juros.

Em entrevista à Rádio Brasil Atual, Clemente afirma que os bancos retiram bilhões de reais dos consumidores, das empresas e do Estado. “Para terem ideia, no ano passado, o Brasil pagou em título de juros mais de 500 bilhões de reais para os detentores da dívida pública. Nós pagamos outros bilhões de reais no crédito ao consumidor. O Brasil é um dos poucos

países onde se compra um produto e se paga três por causa da taxa de juros.”

“O Brasil se encontra em uma das mais graves recessões econômicas com um nível de desemprego alto, com milhares de empresas fechando e trabalhadores perdendo renda. E nós observamos é que as notícias que os bancos nos dão é que nesse período em que a economia vive dramaticamente a crise, eles elevam a rentabilidade, recuperam as margens de lucro, aumentando a taxa de juros, que já é estratosférica”, critica.

Ouçã em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/08/bancos-querem-aumento-maior-da-taxa-de-juros-6055.html>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

15/08/2016 - Vermelho

Temer confessa que pediu dinheiro a Odebrecht e diz que FHC é modelo

O presidente interino Michel Temer concedeu entrevista a O Antagonista, de Mainardi (ex-Veja), publicada nesta segunda-feira (15), em que voltou a admitir que ofereceu jantar no Palácio do Jaburu, em 2014, ao Marcelo Odebrecht para pressionar a receber R\$ 10 milhões em "doações" para o PMDB. Mas não explicou porque pediu dinheiro fora do prazo de uma campanha eleitoral.

"Eu já confirmei que jantei com Marcelo Odebrecht, no Jaburu, em 2014. Como é natural, o partido me pressionava para obter recursos para os seus candidatos. A Odebrecht contribuiu? Claro que sim. Está tudo registrado. Foram mais de R\$ 10 milhões, dentro da lei", disse Temer.

Na matéria intitulada: "Temer a O Antagonista, sobre a delação da Odebrecht: 'Minha preocupação é institucional'", como era esperado, a turma de Mainardi limitou-se a publicar a declaração de Temer, diferentemente do que costuma fazer com as doações feitas ao PT.

Temer disse que sabe "que muitos podem não acreditar, dado o momento terrível que vivemos", mas disse que não tem conhecimento sobre dinheiro dado em espécie ao PMDB. "E, sinceramente, acho improvável que isso tenha ocorrido. A minha preocupação é institucional, não jurídica", completou.

No entanto, segundo versão de delação vazada na grande mídia, Marcelo Odebrecht "doou" oficialmente R\$ 11,3 milhões ao PMDB, mas além desses recursos, também repassou outros R\$ 10 milhões, via caixa 2. Ainda segundo informações vazadas, desse montante, R\$ 4 milhões foram entregues ao braço direito de Temer, o atual ministro da Casa Civil Eliseu Padilha.



O restante foi doado a outras candidaturas, como a de Paulo Skaf, presidente da Fiesp, que concorreu ao governo de São Paulo, em 2014. Sobre isso, O Antagonista fez questão de nem citar na matéria.

Para tentar dar um mínimo de legitimidade ao seu governo, já que as gravações de Sérgio Machado, delator da Lava Jato,

escancaram a atuação da cúpula do PMDB no processo fraudulento do impeachment, Temer diz que quem votou em Dilma votou nele. Mas quando se trata das contas de campanha e do processo de cassação da chapa que o elegeu junto com Dilma – talvez já prevendo que as delações o atingissem –, Temer diz que uma coisa é diferente da outra.

"Creio que o TSE vai separar o julgamento das minhas contas de campanha do das contas da presidente afastada", disse ele, admitindo que até a Constituição prevê que "a figura do vice-presidente é apartada da do presidente, ele não é um apêndice".

Na entrevista, Temer aproveitou para expressar sua admiração ao ex-presidente tucano Fernando Henrique Cardoso e bajulou a imprensa que apoia o golpe. "É um modelo para mim em vários aspectos. Um deles é no relacionamento com a imprensa. Ele nunca deixou de conversar com os jornais, mesmo nos momentos mais conflituosos. Ele jamais boicotou veículos de comunicação. Sigo e seguirei o mesmo caminho, porque não existe democracia sem imprensa livre e independente. Não existe democracia quando o governo fecha as portas para o trabalho dos jornalistas. Aliás, na minha juventude, eu quis ser jornalista. Cheguei a frequentar o curso de formação da primeira equipe da Veja", disse.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/08/2016 12:37 - Carta Maior

Rede Globo: O golpe se vê por aqui

Além de naturalizar o golpe e agenda neoliberal, o Jornal Nacional vem sendo um potente pombocorreio a serviço dos interesses do mercado.

Da manipulação ao ocultamento da informação, o Jornal Nacional (JN) resolveu partir para o escárnio na última semana. Do principal jornal do país, em pleno horário nobre, ouviu-se um silêncio “retumbante” frente às delações dos empresários da Odebrecht na Operação Lava Jato.

A delação de Marcelo Odebrecht, estampada no panfleto Veja, apontava R\$ 10 milhões em propina pagos pela construtora ao PMDB, em 2014, a pedido de Michel Temer, o presidente ilegítimo e interino. Na Folha, destaque para as denúncias de um repasse de R\$ 34,5 milhões ao caixa dois da campanha de Serra, em 2010.

O timing foi olímpico. As notícias já se misturaram às manchetes sobre os jogos mundiais, de maior apelo entre a população, e desapareceram do noticiário. De qualquer forma, a exposição das delações, por veículos midiáticos nada ilibados, revela as rachaduras entre os golpistas. Em seu xadrez semanal, publicado site GGN, Luis Nassif aponta dois campos de forças do lado de lá:

“O poder mercado, composto pelo mercado propriamente dito, grandes grupos, a mídia e autoridades brasileiras, além do apoio constante dos Estados Unidos”. E “a camarilha dos 6 - Michel Temer, Eliseu Padilha, Geddel Vieira Lima, Roberto Jucá, Moreira Franco e o finado Eduardo Cunha - que representa a maioria ocasional no parlamento” (Leia a íntegra do artigo aqui).

É neste contexto que, porta voz dos interesses do mercado, dada sua imensa capilaridade na população brasileira, o JN vem criando a atmosfera favorável ao verdadeiro abate dos direitos democráticos e constitucionais que se avizinha. E, claro, naturalizando o golpe do qual a Rede Globo foi uma das principais protagonistas.

“Descalabro petista

Desde a posse de Temer, em 12 de julho, é notória tentativa de legitimar o impeachment a partir do “descalabro petista”, causador da crise econômica. Esta, por sua vez, é a justificativa para todas as medidas propostas pelo atual governo que ferem, frontalmente, os direitos constitucionais dos brasileiros.

No trabalho minucioso com o pânico em relação ao desemprego e da superficialidade como são apresentadas as questões relativas à economia – aposta-se no desco-

nhecimento geral da população – as reportagens reforçam, noite após noite, o discurso único do neoliberalismo, ocultando outras alternativas para o país.

Em 3 de maio, na mesma edição em que Temer concedia uma entrevista exclusiva ao jornal, outra reportagem incensava a entrega de um programa dos tucanos ao novo governo (JN, 03.05.2016). As condições – destacava o JN – para a colaboração do PSDB eram o combate “irrestrito à corrupção” e a responsabilidade fiscal. Um jogo de cena descarado, como se eles não estivessem envolvidos no golpe.

Dias depois, Henrique Meirelles vinha à público anunciar os objetivos do governo: “mostrar claramente que as medidas que estão sendo propostas e que serão aprovadas muito provavelmente pelo Congresso”, que essas propostas “vão fazer com que a trajetória da dívida pública seja sustentável”, para que os “efeitos sejam mais rápidos”, de maneira que “o risco possa ter reação bem rápida”, que o “investimento e confiança possam voltar com tempo suficiente para que a economia possa reagir rapidamente”. (JN, 05.05.2016)

Registre-se a pressa anunciada no discurso do ministro, acenando a velocidade do ataque e do desmonte em curso no país. Para tal, os golpistas contam com uma cobertura na área econômica repleta de termos econômicos e nada palatáveis à maioria da população. Ao telespectador resta se fiar nos comentários e expressões dos apresentadores do JN.

Um bom exemplo é a cobertura da alta do dólar, no dia 9 de maio, quando o então presidente da Câmara, Waldir Maranhão, apresentou um recurso contra o impeachment da presidenta Dilma. Em meio à enxurrada de reportagens criticando a atuação do parlamentar, o JN destacou:

“Com o anúncio da decisão do presidente interino da Câmara, o dólar subiu quase 5% e a bolsa caiu 3,5%. Depois que o Senado decidiu continuar com o processo de impeachment, a tensão diminuiu. Mas a bolsa terminou o dia queda. E o dólar mais caro, a R\$ 3,52” (JN, 09.05.2016).

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Rede-Globo-O-golpe-se-ve-por-ali/4/36608>